

## 7. CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES

Defende-se em tese, nessas conclusões, de um lado, a subtração da ilusão que é criada, montada e remontada pelo mercado e Estado no que diz respeito à superação da pobreza mediante investimentos nacionais e supranacionais para o turismo (discurso). Do outro as fragilidades desse discurso em relação à participação dos agentes sociais no processo de desenvolvimento local. O controle cidadão como elo central nesse processo de desenvolvimento regional e local é determinante na eficácia das políticas públicas de turismo.

Dessa compreensão resulta um Estado a serviço do capital transnacionalizado no contexto da revolução tecnológica do século XX e marcadamente pela crise financeira do século XXI e este, por sua vez, determinando a condução política do Estado. Em outros termos, os efeitos do recuo do Estado-Nação implicam em decisões tomadas por agentes financeiros não definidos por seu caráter nacional.

O poder territorial do turismo coaduna-se com esse processo e frequentemente associa-se à esfera da economia, com escassez de trabalho e inserção de um turismo-comunitário, principalmente para o Estado de Sergipe. A atividade turística, por si só, é encarada como vocação econômica de certas regiões, como é o caso do Nordeste brasileiro; as repercussões sociais nesse campo, acompanhadas dos financiamentos e apoio a projetos turísticos nacionais, estaduais e municipais não vêm imbuídas de funcionalidade, fiscalização, normalização e controle em sua dimensão econômica, ambiental ou sociocultural.

O turismo historicamente foi idealizado dentro de uma sociedade com princípios basilares na economia e, atualmente, requer uma reflexão mais ampla sobre o seu próprio objeto de estudo, todavia, não lhe tira o mérito que lhe é inerente, o da interdisciplinaridade. Nesse sentido, a limitação da pesquisa está associada às questões de caráter científico e do uso epistemológico de outras ciências para delinear e explicar o seu conhecimento, processo que exige constantes avanços.

Tais premissas progrediram à luz de teorias de cunho filosófico e geográfico sem desmerecer outros campos do conhecimento científico. A motivação pessoal e o diálogo social entre os sujeitos são objeto de atenção e ação da presente tese, indicando os principais resultados e abordando algumas questões.

Cabe destacar, inicialmente, como se configuram as relações de poder no cenário social e como este se manifesta dentro da dinâmica socioeconômica e organizativa dos agentes sociais. Salienta-se, ainda, a questão de como a teoria dos polos de desenvolvimento, em voga desde meados da década de cinquenta, é implantada nos países subdesenvolvidos e resulta em

interpretações de toda sorte “não intencionalmente ou deliberadamente errôneas” como afirma Milton Santos. A ideia em si não perdeu o seu prestígio já que permeia as decisões e os esforços dos governantes. Sua aplicação foi além daquilo que pensara Perroux. Aqueles que se utilizaram das suas formulações originais, Boudeville (1957), seguido de Rodwin (1960) e Friedman (1963), já sinalizavam que o conceito de polos de crescimento tinha uma base geográfica.

Dentro da concepção de polo, os esforços sempre estiveram voltados para um planejamento que privilegia eminentemente o espaço econômico de “alguns poucos e não com o espaço de todos”. Esse modelo foi forjado para os países subdesenvolvidos, especialmente para as regiões brasileiras com potencialidades industriais, e depois é transposto para o setor de serviços sem, contudo, avaliar as limitações dessa metodologia para o espaço territorial do turismo. O discurso em voga idealizava melhoria de vida para a população local, e no entanto o que se assiste é a uma ocupação indiscriminada e discriminatória na qual a população quase não é levada em conta.

Toma-se como valia o pensamento de Milton Santos para se delinear o que acontece na região do Polo Costa dos Coqueirais dentro de uma política embasada na teoria de crescimento econômico. Quando se usa o espaço geográfico para instalar polos de crescimento, não se leva em conta o espaço “concreto”. Prioritariamente, o espaço da produção tem supremacia em relação aos diversos prismas de análise deste espaço.

O que se constata a partir de então é algo singular: o polo em questão nas condições supra não tem como proporcionar ou melhorar as condições de vida da população. A metodologia aplicada pelos governos revela a fragilidade dessa política de aplicação dos recursos, que se instituiu historicamente de forma inadequada e se perpetua em um modelo de planejamento autocrático, que permeia as ações e formas de utilização desse espaço, consolidando-se com a convivência do Estado Sedutor.

Os investimentos aplicados pelas agências multilaterais estão assentados nessa mesma política e limitações metodológicas, as quais passam para essa proposta de polos, com o discurso de atender e reduzir a pobreza. Um dos pontos conclusivos em tese confere que a metodologia, no espaço concreto, deve ser concebida no âmbito sistêmico – aquele que une e integra – no conjunto das decisões políticas institucionais e comunais desenvolvidas de baixo para cima. Ademais, é indispensável que se pensem e executem ações e que se apliquem instrumentos de avaliação ambiental, socioeconômica e organizativa da região, através dos quais seja possível exercer o controle das formas de uso e ocupação do território pelo turismo.

Diante disso, o segundo destaque reforça o pensamento de que há um confronto entre o espaço geográfico e o econômico, em se tratando da teoria de polos. O poder territorial se manifesta dentro dessa dinâmica estabelecida pelo Estado, palco onde se dá a contradição, perante uma sociedade parcialmente alheia ao desenvolvimento dos seus limites espaciais e do seu próprio destino.

Estudos comprovam que o Estado-Nação, tal como foi gestado, desenvolvido e amadurecido é considerado, pelos que ditam as regras do capital, um obstáculo para o progresso da mundialização. No entanto, não se pode deixar de registrar historicamente a sua presença nos ordenamentos políticos e econômicos nos três últimos séculos. No âmbito político territorial tal configuração é estabelecida sob o domínio das elites regionais e, por que não dizer, nacionais, diante de um Estado forte, ora como mediador dos conflitos, ora como instrumento político para atender ao capital, denominado na concepção deste estudo de **Estado Sedutor**.

São vários os obstáculos para o enfrentamento dessas questões principalmente no campo do controle social e de governança. De um lado, averiguar a capacidade organizativa dos agentes sociais em conquistar os seus direitos. Do outro, o Estado na tentativa de exercer efetivamente o seu papel em atender a população a partir de suas reais necessidades.

Essa indicação tem implicações no âmbito das políticas públicas de turismo implementadas no país. A partir da década de setenta, o governo brasileiro seguiu uma política internacional junto às agências multilaterais para financiamento de obras estruturais e institucionais. A criação de decretos e leis também convalidou uma representação política do turismo no país, através dos órgãos, secretarias e ministérios.

Outro ponto merecedor de destaque dentro dessa política são os investimentos do BID e outros órgãos de fomento, no que concerne à alocação de recursos para o desenvolvimento do turismo do Estado de Sergipe, prioritariamente escolhido o Polo Costa dos Coqueirais, situado na faixa litorânea. Destaca-se que este programa estendia-se aos estados nordestinos com o objetivo de melhorar a infraestrutura dos principais centros turísticos. No caso de Sergipe, privilegiou mais proficuamente Aracaju, sua capital.

No campo das ações locais, no que concerne à infraestrutura, o programa cumpre o seu propósito para o litoral Centro-Sul do Estado e de forma pontual para o município Barra dos Coqueiros (Litoral Norte) e São Cristóvão. No entanto, os investimentos advindos do BID e do Estado para a finalidade posta não trouxeram consigo mudanças expressivas para as comunidades contempladas pelo programa. Há um descompasso entre o discurso das agências multilaterais de minimizar a pobreza e a expectativa da sociedade em ver isso se refletir na

melhoria das condições de vida da população afetada por essas ações. Isto se deve, talvez, à não existência de uma política de turismo que vislumbre um modelo de desenvolvimento pautado nas necessidades das comunidades e no desenvolvimento do local, independente dos ditames do mercado.

Dessa forma, a melhoria promovida se processa de forma diferenciada entre as regiões do litoral ficando patente que se privilegiou o Centro-Sul em detrimento das outras localidades com índices de pobreza elevados. Conclui-se então que inicialmente o PRODETUR, não se enquadra como política de turismo. No entanto, ao instituir-se o Conselho do Polo surge o ambiente propício para que se discutam as ações desses programas de maneira mais consolidada.

No âmago das análises empreendidas e defendidas no bojo da tese aqui apresentadas, constata-se a vulnerabilidade dessas políticas para as comunidades carentes e aqui se registram as expectativas de mudanças advindas dos recursos do PRODETUR I. Esperava-se que o seu prosseguimento, PRODETUR II, suprisse as lacunas deixadas anteriormente, o que não aconteceu. Além dessa expectativa, havia promessas de outros investimentos *pari-passu* como moradia, saúde, educação, e com essas obras haveria mais trabalho e renda para o município. O que se percebe, no entanto, são iniciativas fragmentadas das comunidades para instalar pequenos negócios.

Diante disso, constata-se que a base comunitária dos agentes nesse processo se encontra frágil tanto no que diz respeito à luta, à participação e às reivindicações junto ao governo, quanto às conquistas sociais e econômicas. Há uma apatia geral, um descrédito para com o governo, pois os agentes não se sentem atendidos e incluídos nas tomadas de decisão.

Em função da realidade vivenciada, salienta-se a necessidade de controle social mais efetivo e governança para solucionar as ações mitigadoras, quer no campo da territorialidade turística, estão de certa forma comprometidas mais com os fatores exógenos (políticas do Estado e mercado global) e que se manifesta nos discursos do Estado, como agente sedutor, do que com os problemas de *fórum* interno das comunidades. O que contribui para a perpetuação da pobreza.

Outro foco conclusivo são os dados sinalizados pelos agentes, no período em tese, acerca de sua inclusão no processo de desenvolvimento do turismo. Esses mostram que não havia uma preocupação por parte dos governantes com essa questão e tampouco políticas públicas que priorizassem as particularidades locais. Fato que só começou a ser mais bem demarcado nos períodos compreendidos entre 2002-2005, não pela população envolvida (líderes locais) e, sim, pelo diálogo construído entre os membros representativos da sociedade

civil no Conselho do Polo Costa dos Coqueirais, e que através do governo atual (2006-2008), traz incentivos dessa natureza que convergem para os anseios da coletividade.

Os indicadores sociais e econômicos sinalizam essa realidade e prioriza-se trazer nessa conclusão, os dados recentemente divulgados sobre essa questão em meio à crise internacional, que, de certa forma, se reflete na política interna do país: o *Institute for Policy Studies de Washington* divulgou que, para atender aos bancos e seguradoras na crise atual, foram destinados mais de US\$ 4 trilhões pelos governantes. Isso significa que esse valor gasto é 40 vezes superior aos recursos destinados à pobreza e às mudanças climáticas no mundo. Os 20% mais ricos no globo se apropriam de 82,7% da renda, enquanto os dois terços mais pobres ficam com apenas 6%.

Nesse contexto, os indicadores sociais apontados, no período de 1990-2000, indicam e reforçam a tese de que pouco se fez em relação às privações no campo da renda, do saneamento ambiental (água, saneamento e lixo) e da educação. A análise evidencia que o investimento público é planejado para reforçar as necessidades de acumulação do capital privado e que este, por sua vez, procura economias de escala e economias de aglomeração, o que concentra o desenvolvimento em poucas frações do espaço geográfico. Então, o mapeamento dos investimentos públicos na Região Metropolitana de Aracaju e na faixa litorânea transforma em falácia o discurso da desconcentração geográfica das atividades econômicas e da infraestrutura social.

Os dados traduzem, assim, para os governantes de diferentes níveis, excitação quando há bons resultados nos indicadores de longevidade, renda e educação. E isso decorre, por exemplo, do último item apontado de “massificação do número de matrículas” e/ou incremento de “programas de alfabetização de adultos” que são políticas financiadas diretamente com recursos do Orçamento Federal, não precisando de muito esforço dos governantes locais. No entanto, a quantidade de matrículas sem a qualidade de ensino, sem condições adequadas de trabalho e sem uma remuneração justa dos profissionais da educação, submete a sociedade a padrões de qualidade questionáveis. Em termos de renda, Lemos sentencia: enquanto a pobreza não for tratada como sinônimo de exclusão social e for aferida por indicadores que não sejam apenas a renda *per capita*, será mais bem definida. Ou seja, será possível visualizar com maior clareza que esses termos são intercambiáveis: pobres/exclusão social.

Quanto aos indicadores sintéticos mais atualizados, há que se destacar FIRJAN (2000-2005) e IDF (2007), respectivamente. Esses revelam que os municípios pesquisados apesar

dessas inversões, continuam com resultados medianos, sem se aproximar de (1,0); isso significaria um nível maior de desenvolvimento das localidades. Aracaju é uma exceção nessa análise, pois possui indicador favorável ao desenvolvimento (0,7988%) no *ranking* de 229º lugar do país (FIRJAN, 2005), embora também tenha resultados não tão animadores no cômputo do IDF (2007) de 0,58%. Porquanto, no âmbito do estudo, é possível afirmar que as políticas tenham trazido consigo mudanças no desenvolvimento humano, mas não tão expressivas, pois apesar dos investimentos em turismo, o padrão é inaceitável para o desenvolvimento das comunidades.

Nesse ponto, chama-se atenção para o papel do Estado e das lideranças locais na mudança do cenário – precisam estabelecer um diálogo com amplas bases representativas que visem a interesses comuns e levem a um modelo de desenvolvimento com equilíbrio entre as partes envolvidas e o meio ambiente. O que se tem assistido ao longo dos anos é a uma degradação descontrolada dos recursos que vem se perpetuando e conduzindo a um caminho sem perspectiva. Especialmente no espaço litorâneo do polo, com as instalações das segundas residências, construções de alvenaria para atender aos equipamentos e serviços turísticos sem obedecer às margens dos rios e praias, orlas (des)construídas que impactam tanto o visual, quanto o ordenamento do setor.

Fica patente na presente discussão e que contribui para indicar ferramentas de uma matriz foi a contribuição de McCay & Acheson e outros que afirmam ser o capitalismo e a industrialização os que não só possibilitaram, mas criaram as condições do uso exacerbado do ambiente. Marca a contradição entre o espaço público e o privado, que se reflete na relação do Ser-natureza e na conjuntura atual que desapropria/dualiza e não integra.

A relação entre o Estado, os agentes de financiamento e as comunidades – como seres organizados – sustenta-se nas teorias de desenvolvimento includente. O discurso atual do desenvolvimento favoreceu apenas o crescimento econômico, principalmente do ponto de vista emblemático, quando se fixa o olhar nas comunidades pobres do polo. Esse modelo tem alimentado o sistema capitalista ao longo do tempo e tem sido assimilado pelos povos subdesenvolvidos e aqueles em desenvolvimento, mesmo não compartilhando do mesmo húmus social e histórico. Essa apropriação incompatível das culturas ditas desenvolvidas ocasiona o próprio atraso, acabando por gerar uma crença distorcida de uma homogeneidade ilusória que ignora completamente as diversidades singulares de cada lugar.

As inovações tecnológicas nos processos locais de aprendizagem produtiva – arranjos ou aglomerações locais, distritos industriais, *clusters* e polos (indústria) – estabelecem o aprendizado coletivo numa dimensão, a *posteriori*, como sistema interativo. Dentre esses

modelos, destacam-se o conceito de polo, já discutido inicialmente, que foi transposta e aplicada ao setor turístico, e serviu para definir os espaços (municípios contíguos e não contíguos) que representassem os atrativos turísticos e os roteiros. Essa estratégia política possibilitou os investimentos no Nordeste do Brasil. O que, na experiência do PRODETUR-SE, tem caráter parcial, uma vez que priorizou o mercado. Considerar o território a partir dessa concepção gera atrasos e pobreza e não contempla o espaço concreto. Falta aperfeiçoar o que de positivo há em cada um desses modelos e o inverso se faz necessário: considerar o conhecimento comunitário na perspectiva de suas necessidades humanas.

Apresentam-se, a partir dessas conclusões, as perspectivas de mudanças: o território compartilhado do turismo e as ferramentas matriciais que se coadunam com a proposta socioeconômica organizativa dos agentes sociais e de governança, que se visualiza na figura 75, a seguir.

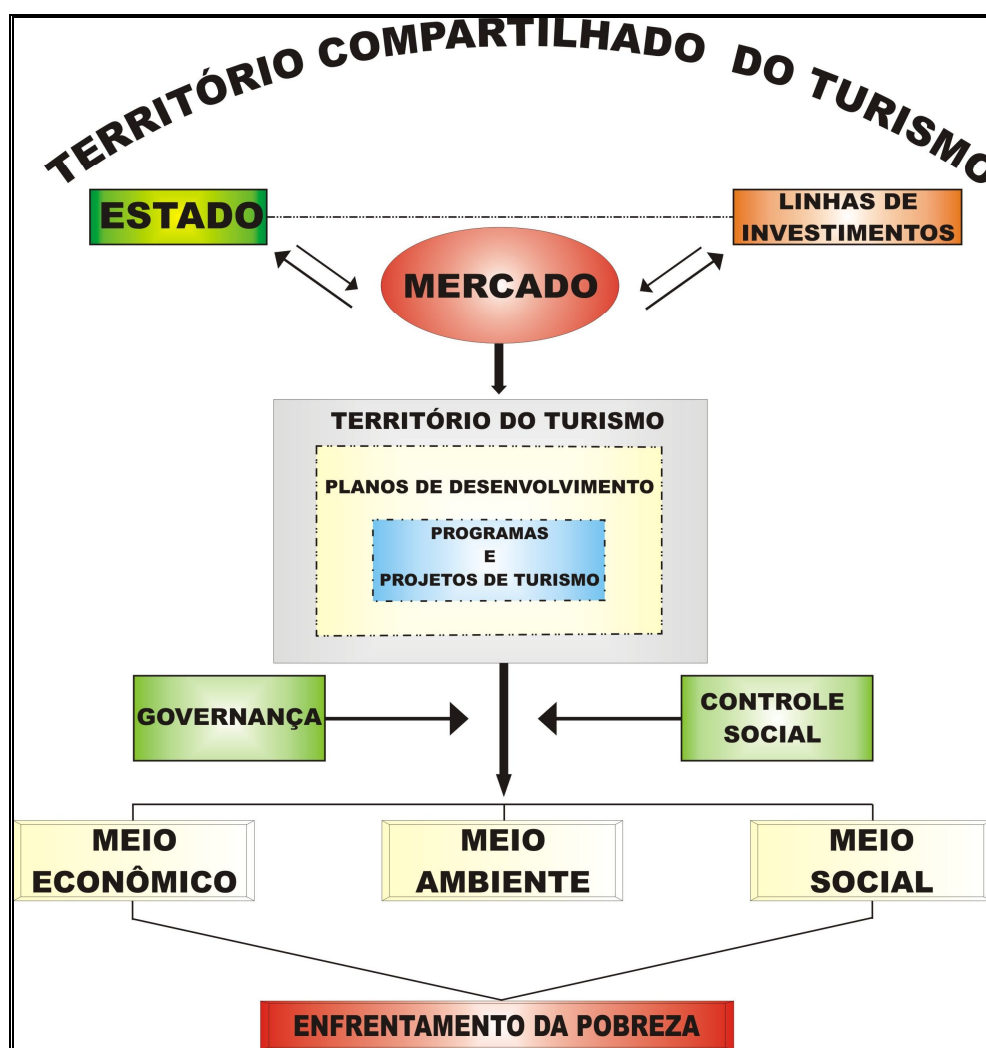


Fig. 75 – Território Compartilhado do Turismo.  
Criação/Arte: SANTOS, Mary N. L., 2009.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido nas oficinas trouxe consigo possibilidades de (des) construir com os agentes e sujeitos para se fazer perceber. Através da força interior que há nessa dinâmica dos contrários e do compartilhamento do território (conhecimento do ser-fazer), que independe de partidarismo, soma-se por um objetivo comum. Em outros termos, alia-se nas contingências, na história e no que possa vir a ser.

Atender à cartilha do uso de capital estrangeiro, sem passar por uma clivagem de prioridades, atualmente, vai de encontro à permanência da vida em todos os sentidos, quer seja nas esferas econômica, política, quer na ambiental especialmente. Deve-se, sim, reformular a política territorial a partir de um modelo que mantenha a soberania do Estado, sem, contudo, deixar de estar inserido num processo de desenvolvimento global/local e não tão desigual.

O caminho assim, para mudança nessa relação de seduzir e ser seduzido num espaço concreto perpassa pela forma como se estabelece essa dinâmica entre o Estado, o mercado e os agentes sociais. Têm-se indicativos apresentados na figura 75, mas, apesar dessa configuração, não se tem uma resposta definitiva para tal questão; há, sim, aspirações e vontade de delinear um caminho de sanidade política, utópica, talvez, através de ideias novas e que concretamente venham possibilitar o desenvolvimento das localidades pesquisadas em bases mais justas e cujo sistema de planejamento seja gerido de forma integrada, descentralizada e participativa.

Diante disso, a comprovação da *tese* está alicerçada nas seguintes confirmações:

1. As ações dos organismos internacionais, em especial do BID, não vêm contribuindo para gerar novos empreendimentos que visem à melhoria nos indicadores de renda da população afetada. Isso corrobora os argumentos de que o envolvimento mínimo do Estado com o bem-estar social e a falta efetiva da sociedade na condução das políticas territoriais do turismo acaba por ampliar os efeitos contraditórios dos investimentos turísticos em Sergipe, capitaneados pelos grandes investidores;
2. As bases de apoio e de negociação dos que representam a sociedade civil do polo aparecem contraditoriamente, na medida em que influenciam as políticas de turismo, mas não se apropriam como gestores de governança que deviam exercer para com o desenvolvimento do turismo;
3. Os investimentos no setor de turismo têm impactado de forma diferenciada as diferentes comunidades que compõem o Pólo Costa dos Coqueirais, o que decorre de uma forma de intervenção territorial desigual à realidade da região.



Nesse encaminhamento, surgem algumas indicações de ferramentas matriciais de turismo, cunhadas por esse estudo de *ecocomum*, que na sua essência pertence à comunidade, mas que não é reconhecida nem pelo mercado, nem pelo Estado e muito menos pelo próprio indivíduo em termos de dimensão coletiva → morada do Ser → apropriação → integração.

A composição proposta revela os anseios da comunidade e fortalece o que já existe. Essa idealização tem como centro o município de Brejo Grande considerado neste estudo como célula mãe, na perspectiva de expandir-se num modelo de uso territorial em nível regional e local.

### ***Desenho da matriz***

O modelo matricial *a priori* levanta questão acerca de sua operacionalidade e experiências, bem como o uso e procedimentos acerca da captação e/ou criação de redes de investimentos (*software*). Na sequência, a organização das oficinas e fóruns de discussão em redes compartilhadas do município em foco, com seus agentes e sujeitos do processo sobre a proposta de ferramentas da matriz territorial comunitária. A pesquisa-ação e participante se constituem, assim, como marco organizacional.

Para definir essa proposta utilizou-se das seguintes estratégias: onde? quem? como? por quê? quando?

Diante das colocações dos comunas, sugerem-se ferramentas para uma matriz que possa viabilizar/oportunizar melhoria nas condições de vida da comunidade e que alavanque o desenvolvimento do local e promova um uso mais consciente do espaço coletivo.

### ***Definindo a matriz***

Ferramentas matriciais foram pensadas e idealizadas a partir do conceito de redes e diagramas de sistemas já discutidos no aporte teórico desta pesquisa; assim como o significado do território compartilhado, esses termos utilizados na concepção de entendimento da comunidade e naquilo que é possível e impossível fazer – organizar-se civilmente em benefício de ações comuns – com o apoio institucional das organizações públicas e privadas, pois se faz necessário.

Entre os municípios estudados, Brejo Grande é escolhido para aplicação dessas ferramentas. Ressalta-se que essa construção é desenvolvida não só pelas lideranças locais, mas por seus moradores antigos e aqueles que lutam por reconhecimento (comunidade tradicional). Esses compõem o território. A finalidade disso é autoconhecer-se autocapacitar-se e se organizar coletivamente na expectativa de atrair trabalho e renda, e como estratégia

para alcançar tal intento o uso de canais de participação, que já foi conferido a eles quando da participação nas oficinas – copartícipe do aprendizado.

Nesse sentido, há três perspectivas na fase preliminar de composição da matriz:

1. Rede, através da disseminação da estrutura matricial, troca de informações e comercialização da produção e serviços;
2. Território compartilhado, mediante o entendimento e que se respeitem as particularidades individuais do Eu, Você e o Nós (Ecocomum)<sup>1</sup>, que significa morada comum, casa ecológica.
3. Matriz com significados e simbologias que representam os meios social, econômico e ambiental, principalmente, o político nas negociações (Rede Coletiva). Acompanham ainda, nesse conjunto, uma análise quali-quantitativa, na perspectiva de compor um quadro favorável à captação de recursos e desenvolver a capacitação dos comunas, de forma a gerar emprego e renda.

Assim, configura-se o modelo matricial piloto, cujo propósito, se for apoiado, servirá de multiplicação do modelo para os municípios sergipanos ou *quiçá* para a região Nordeste.

Diante de um plano geral, outras ações estão imbricadas para desenvolver tal proposta:

- (i) Sensibilizar a participação das comunidades autóctones na dialética do planejamento comunitário e turístico.
- (ii) Elaborar oficinas didáticas participativas, que oportunizem o poder de voz das comunidades envolvidas no processo de desenvolvimento;
- (iii) Fortalecer, através das oficinas, o conhecimento sobre educação ambiental, economia coletiva<sup>2</sup> e políticas sociais definidas pelos comunas, com o apoio dos governos nacional e subnacional, através de uma metodologia participativa (Capacitação);
- (iv) Inovar junto às lideranças (capacitadores) os recursos didáticos e audiovisuais referentes aos **riscos** e **oportunidades** do desenvolvimento do turismo na vida econômica, social e cultural através de oficinas, produção de *folders*, cartilhas informativas do tipo: Turismo comunitário: veja o que você ganha com isso;
- (v) Desenvolver um sistema de educação voltado para a realidade local na perspectiva da economia do lugar através de fomento do comércio local, venda de iguarias típicas, o

---

<sup>1</sup> Ecocomum denominação cunhada pela autora desta tese.

<sup>2</sup> É o nome que se dá para gerar renda e trabalho para os munícipes e em bases dialógicas, que tradicionalmente eles já nascem com essa construção (comunidades antigas). Dentre tantas teorias e alternativas de desenvolvimento local, essa denominação, na visão da autora, se aplica mais coerentemente.

pescado, o artesanato, a hospedagem, reutilização e reciclagem dos compostos inorgânicos.

- (vi) Criar junto à comunidade uma rede de desenvolvimento em Sergipe de forma a subsidiar um modelo participativo local que possa minimizar a pobreza.

Vincular essa proposta, quadro 19, às atividades humanas e ao território, segundo Orea (1994) é fundamental e deve-se fazê-lo através de um plano conceitual que envolva as disposições legais do uso e destino do solo, da proteção dos recursos naturais e que haja conexão com as decisões econômicas locais. Assim, o quadro apresenta as possibilidades de operacionalidade da matriz em interface com a figura 76 adaptando-se ao território do turismo, com suas dimensões/variáveis dispostas no tripé: econômico, ambiental e social (Rede Coletiva).

Quadro 19 - Matriz Territorial de Turismo Comunitário

MATRIZ TERRITORIAL DE TURISMO COMUNITÁRIO	
TERRITÓRIO COMPARTILHADO	
Rede Coletiva (Serviços Turísticos)	Meio Econômico
	Meio Ambiente
	Meio Social
	Setor Primário
	Setor Secundário
	Setor Terciário
Sistema de informações, divulgação e comercialização do Produto Turístico	Estrutura Produtiva (Ativa e Inativa)
	Nível de Renda
	Deslocamento
	Solo
	Água
Comunidades tradicionais	Ar
	Clima
	Flora
	Fauna
	Riscos Ambientais
Oferta turística (Paisagem)	Características Demográficas
	Densidade
	Desenvolvimento Urbano e rural
	Infraestrutura
	Uso do Solo
Sistema de organização em bases comunitárias	Indicadores Sociais
	Estrutura Propriedade (terras)
	Modos de Vida
	Recursos Culturais
	Nível de Org. Social
Criação de Redes de investimentos	Patrimônio Hist. Cultural
	Valores Históricos e Memória Social
	Valores Estéticos
	Saúde e Seguridade

Organização de dados e *layout* gráfico: SANTOS, Mary N. L., 2009

Fonte: Proposta adaptada de BUENDÍA (2002, p.139).

A figura 76 visualiza essa perspectiva de construção.

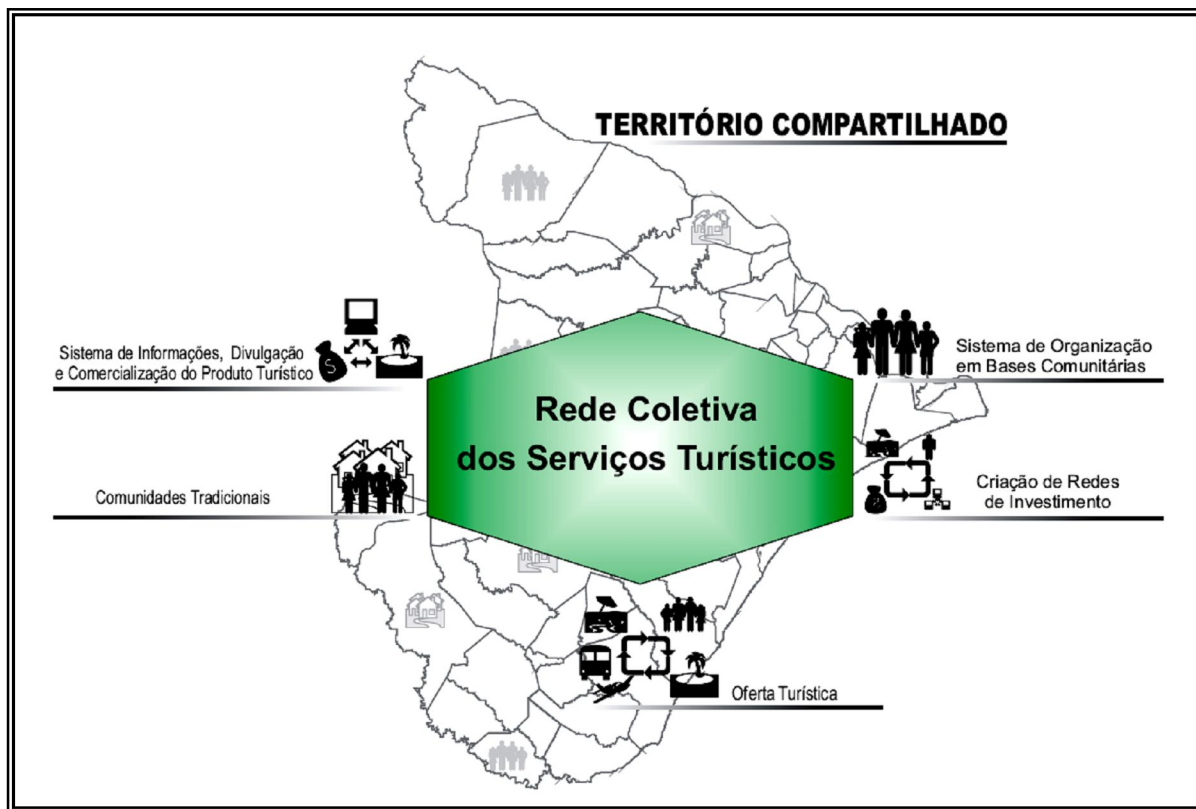


Fig. 76 – Modelo de Rede Coletiva dos Serviços Turísticos.  
Criação/Arte: SANTOS, Mary N. L., 2009. Arte: BOMFIM. Fagner; CRUZ, Josielma, 2009.

Essa matriz é uma conquista da pesquisa co-participante autora e co-autores – agentes sociais, os excluídos – que buscam uma revolução do saber, pois sem conhecimento não se sabe como fazer, tampouco transpor o que está incrustado ao longo do tempo e do espaço. Este chega fatiado à sociedade do ilusionismo, o turismo.

Apesar de Marx já ter previsto, em sua crítica, que a sociedade civil não está pronta para dividir o poder constituído do Estado, tem-se a perspectiva e expectativa do engajamento/inclusão da comunidade na construção do que já se conhece do seu território, bem como das contribuições advindas das discussões propiciadas pelas oficinas de trabalho aliadas a essa proposta matricial.

Nesse sentido, espera-se, através dessa configuração de um turismo compartilhado entre seus agentes e de instituições de fomento, o desenvolvimento do local – baseado no esforço coletivo voltado para pequenos empreendimentos que driblem a lógica de mercado e que se restabeleçam os princípios do bem estar social e não do discurso da sustentabilidade.

Ademais, deflagrar ações organizativas em base comunitária à luz de uma releitura dessa história excludente é condição primeira. Promova-se a utilização do espaço comum para fins coletivos e que essa organização seja instrumento de melhoria das condições de vida das comunidades superando, portanto, a pobreza (equidade social).

Por fim, defende-se a necessidade de mais e mais estudos acadêmicos que se desenvolvam no campo do turismo, incorporando a geopolítica aos domínios ambientais, preocupando-se em estabelecer inter-relações, embasados em teorias amplas ou singulares, modelos gerais ou específicos, emaranhados ou livres da Geografia, mas, sobretudo, direcionados para as comunidades que vivem e vivenciam a base. E, ainda, que não se esgotem análises sobre o Polo Costa dos Coqueirais, em Sergipe.